REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2025.

(Da Sra. Júlia Zanatta)

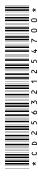
Solicitação de informações detalhadas sobre o acordo de cooperação técnica firmada entre o Ministério das Mulheres e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal e nos art. 24, inciso V e § 2°, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito seja encaminhado à Senhora Ministra do Ministério das Mulheres, **Aparecida Gonçalves**, para que sejam prestadas as seguintes informações acerca do referido acordo de cooperação técnica:

- 1. Reiterar o questionamento (sem resposta) deste Ministério quanto à definição do que é ser mulher para fins de gastos com políticas públicas?
- 2. Qual critério utilizado para a escolha da referida instituição levando em conta os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência?
- 3. Quais foram os gastos totais do ministério com políticas para mulheres em comparação com o grupo em questão?
- 4. Qual o valor do acordo de cooperação técnica firmado entre este Ministério e a referida instituição?
- Cópia integral do acordo de cooperação firmado entre o Ministério das Mulheres e a ANTRA, incluindo todos os anexos e aditivos.
- 6. Objetivos específicos da parceria, detalhando as metas estabelecidas e os indicadores de desempenho previstos.







CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete da Deputada JÚLIA ZANATTA – PL/SC

- 7. Plano de ação ou cronograma de atividades previsto para a implementação das iniciativas decorrentes da parceria.
- Critérios de seleção e público-alvo das ações a serem desenvolvidas no âmbito da parceria.
- Recursos financeiros e materiais destinados à execução das atividades previstas, especificando as fontes de financiamento e os valores alocados.
- Mecanismos de monitoramento e avaliação estabelecidos para acompanhar o progresso das ações e garantir o cumprimento dos objetivos propostos.

JUSTIFICATIVA

Amplamente noticiado pela mídia, o ministério das Mulheres firmou acordo de cooperação técnica com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais sob a justificativa de combater a "transfobia" e promover políticas públicas para travestis e "mulheres trans".

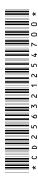
Acontece que a criação deste ministério regido pela Lei 14.600 de 2023 constituem as seguintes áreas de competência:

Seção XXI

Do Ministério das Mulheres

- Art. 38. Constituem áreas de competência do Ministério das Mulheres:
- I formulação, coordenação e execução de políticas e diretrizes de garantia dos direitos das mulheres;
- II políticas para as mulheres;
- III articulação e acompanhamento de políticas para as mulheres nas 3 (três) esferas federativas;
- IV articulação intersetorial e transversal em conjunto com os órgãos e as entidades, públicos e privados, e as organizações da sociedade civil;







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

V - articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de políticas para as mulheres;

VI - elaboração e implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de abrangência nacional; e

VII - acompanhamento da implementação da legislação sobre ações afirmativas e definição de ações para o cumprimento de acordos, de convenções e de planos de ação sobre a garantia da igualdade de gênero e do combate à discriminação.

Ou seja, com definições vagas e com orçamento pífio, cerca de R\$ 375 milhões em 2024, frente ao enorme desafio de estabelecer políticas públicas para mulheres, o Ministério insiste em gastar recursos públicos cujo grupo sequer é definido pelo próprio órgão.

Portanto, tal iniciativa busca garantir o cumprimento dos princípios constitucionais da eficiência na administração pública sempre levando-se em conta a escassez dos recursos públicos.

Sala das Sessões, em 03 de fevereiro de 2025.

Deputada Federal Júlia Zanatta (PL/SC).

